

Assembleia Municipal de Valongo
Sessão ordinária de 29-09-2016

Celestino Neves
(Independente)

Proposta de alteração ao Regimento

(*)

Nos termos do **art.º 69.º - 1 e 2 do Regimento da Assembleia Municipal de Valongo**, os membros desta AMV abaixo subscritos propõem as seguintes alterações ao Regimento, com vistas a uma melhor adequação do mesmo ao papel dos(s) deputados(s) independentes(s) em todos os níveis do trabalho desta Assembleia:

ARTIGO 14.º

(Único Representante **ou membro(s) independente(s)**)

O eleito que seja único membro de um partido político, coligação de partidos ou grupo de cidadãos eleitores, **membro(s) independente(s)** e presidentes de junta que não integre **(m)** qualquer grupo municipal têm os mesmos direitos e deveres dos grupos municipais.

(...)

ARTIGO 32.º

(Duração do uso da palavra)

(...)

2. A distribuição do tempo, em cada um dos pontos da "ordem de trabalhos", é feita da seguinte forma:

- a) Presidente da câmara ou substituto legal 20 minutos
- b) Grupo municipal **e membro(s) independente(s)** com 1 a 5 elementos 10 minutos
- c) Grupo municipal com 6 a 10 elementos 15 minutos
- d) Grupo municipal com 11 ou mais elementos 20 minutos
- e) Membros independentes não abrangidos pelo art.º 14º deste regimento... 3 minutos (ELIMINAR)**

3. Na apreciação da atividade municipal e discussão do orçamento e opções do plano, os tempos para as intervenções são distribuídos do seguinte modo:

(...)

- b) Grupo municipal com 1 a 5 elementos **e membro(s) independente(s)** 15 minutos

(...)

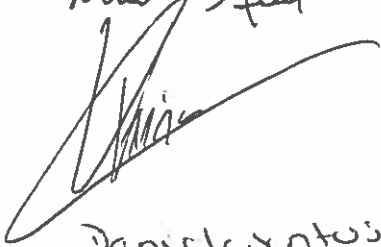
- e) Membros independentes não abrangidos pelo art.º 14º deste regimento 5 minutos (ELIMINAR)**

Valongo, 29 de Setembro de 2016

(*)

ESTA PROPOSTA SE ADMITIDA - DARE LUGAR
A CRIÇÃO DE 175 COMISSÃO DE REVISÃO (PODE
INCLUIR OUTRAS ATIVIDADES) QUE DEVERÁ SUBSTITUIR
175 PROPOSTA FINAL ÀE A AMV DE
FEVEREIRO DO 2017

Nuno Afonso - G.M.P.S.



G.M.P.S.

Daniel Santos - G.M.P.S.



G.M.P.S.

FAT ~~to~~ G.M.P.S.

~~Francisco~~ G.M.P.S.

Francisco Afonso

Daniel Afonso Almeida PSD/PPM

PSD/PPM

D. Afonso PSD/PPM



P.B.



Francisco Afonso

Francisco Afonso

Francisco Afonso

Francisco Afonso PSD/PPM

Francisco Afonso



Requerimento

Ponto da situação referente à recomendação aprovada pela AM

Na sessão ordinária do passado dia 30 de junho de 2016, foi aprovada por unanimidade a recomendação “Valongo um concelho onde não há uma casa devoluta”. Passados 3 meses dessa aprovação, requeremos que nos sejam prestadas as seguintes informações:

- Já foi remetida essa recomendação à CM?
- Há algum feedback relativamente a essa recomendação?
- Já foram entregues as casas que em junho de encontravam devolutas?

Valongo, 29 de setembro de 2016

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Valongo

Adelino Fernandes
Páka Zele
Joaquim Medeiros



Requerimento

Ponto da situação do convite endereçado ao Conselho de Administração da VallisHabita

De acordo com o ponto 6º do regimento da AM, compete à AM acompanhar e fiscalizar as atividades da CM e dos serviços municipalizados. Na reunião da AM, na discussão de um ponto incluído na ordem de trabalhos, por solicitação da CDU, acerca do estado da habitação social no concelho, foi feito um convite ao Conselho de Administração da VallisHabita para que este prestasse informações aos deputados eleitos nesta AM.

Esta informação não foi prestada na última AM, por supostamente o presidente do conselho de administração estar de férias. Mas, agora, na reunião de líderes, a CDU teve conhecimento que existe total indisponibilidade do conselho de administração em prestar os necessários esclarecimentos.

No artigo 23º dos estatutos da empresa é referido que deve “a Vallis Habita, E.M. facultar quaisquer outras informações e documentos solicitados para o acompanhamento da situação da empresa e da sua atividade, com vista, designadamente, a assegurar a boa gestão dos fundos público e a evolução da sua situação económico-financeira” à CM.

Formalmente, não havendo obrigatoriedade de prestar estes esclarecimentos à AM, seria de todo desejável, que após os incidentes que ocorreram na AM aquando da discussão do ponto, estes fossem feitos.

Consideramos que a recusa do convite feito por esta AM é um ato de desrespeito por aqueles que foram eleitos diretamente pelos Valonguenses e mostra que da apregoada transparência e mudança de paradigma da CM até à boa prática, ainda falta percorrer um longo caminho.

Valongo, 29 de setembro de 2016

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Valongo

Alberto Fernandes
Paula Seabra
Joana Machado

Senhor Presidente da Mesa,
Senhora e senhor Secretários,
Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Comunicação social presente,
Caras e caros munícipes,

Na sessão de 29 de fevereiro de 2016 desta Assembleia Municipal, a bancada municipal PPD-PSD/PPM fez a seguinte intervenção:

É pública a intenção do Governo de municipalizar a STCP. Na verdade, já foram dados passos nesse sentido. Sem fazer considerações quanto à opção política em causa, reconhecemos que, sendo seguido o caminho da municipalização, o melhor para o município de Valongo será participar na gestão da empresa – juntamente com os municípios do Porto, Gaia, Matosinhos, Gondomar e Maia. Caso a gestão da STCP seja feita pelos vários municípios, não participar significaria tornar-se no parente pobre para a empresa. Por outro lado, participar na gestão permitiria procurar soluções para problemas antigos de mobilidade encontrados no município de Valongo, como é exemplo, aqui mesmo em Alfena, o transporte para a Escola Secundária. Note-se que a recente Carta Municipal da Juventude reconhece a existência de problemas com a mobilidade no concelho. O município deverá agir em conformidade e aproveitar a oportunidade para ocupar o seu espaço na resolução de tais problemas.

Sucedede que, com grande surpresa, vimos surgir noticiada na imprensa a reserva do presidente da Câmara Municipal de Valongo em participar na gestão da STCP. Note-se que, segundo a imprensa, esta foi a única Câmara a manifestar tal reserva, com a desculpa da limitação de recursos do município. Ora, estamos certos que, sendo o Governo da mesma cor política do presidente da Câmara, este conseguirá ter o peso político para ultrapassar, em sede de negociação, as dificuldades de índole financeira. Caso contrário, só poderemos interpretar a ausência de Valongo na gestão da STCP como inabilidade política, falta de coragem política ou falta de peso político do Senhor Presidente da Câmara.

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara afirmou:

Quanto à questão da municipalização da STCP, foi colocada a possibilidade de estudar a municipalização da STCP, e aquilo que ele disse que queriam saber quais as implicações.

A ideia é interessante, o que está em cima da mesa é as câmaras municipais assumirem o passivo operacional anual, que se estima entre 4 a 5 milhões, bem como assumirem o financiamento da



renovação da frota, que são cerca de 60 milhões de euros.

Na reunião de 17 de junho de 2016 do Conselho Metropolitano, o Senhor Presidente da Câmara recusou-se a votar o Memorando de Entendimento sobre o Novo Modelo de Gestão da STCP, SA.

Na reunião da Câmara Municipal de Valongo de 23 de junho de 2016, não obstante ter votado favoravelmente a minuta do referido Memorando, fazendo-a aprovar com os votos dos eleitos do PS, o Senhor Presidente da Câmara referiu publicamente, incluindo à imprensa, que não acredita no modelo, colocando o Município numa posição de grande fragilidade.

Sucede que, o ministro do Ambiente do Governo do partido do Presidente da Câmara, veio afirmar que é seu objetivo que a STCP passe a ser gerida pelas autarquias já a partir de 1 de janeiro de 2017. Mais, no dia de hoje, foi aprovado em Conselho de Ministros o diploma relativo à nova gestão da STCP, que prevê isto mesmo.

Chegados a este ponto, impõe-se conhecer a posição que será adotada pelo Senhor Presidente da Câmara. Assumirá a sua oposição ao modelo? Será um convicto defensor da nova gestão da operadora de transportes urbanos? Ou será que a falta de convicção se acabou por transformar em falta de interesse na defesa do município no processo? Qual será a sua estratégia para defender a posição do município e conquistar o poder negocial que perdeu até aqui, devido à desastrosa gestão deste processo?

Quais foram as diligências tomadas pela Câmara Municipal, em particular desde julho, para ser ouvida no processo que resultou na aprovação hoje do modelo? Foi pró-ativa na defesa dos interesses do município ou ficou à espera, como já nos vem habituando, que alguém ligasse, que alguém se preocupasse e acabou por ter conhecimento do ponto de situação através da comunicação social (ou através desta intervenção)?

Valongo, 29 de setembro de 2016

Pela bancada PPD-PSD/PPM,

(Daniel Torres Gonçalves)

Exmº. Senhor

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Valongo

No pretérito mês de julho foi distribuído pelas caixas do correio da cidade de Ermesinde um panfleto emitido pela Câmara Municipal de Valongo que originou repulsa e perplexidade dada informação falaciosa e incompleta.

Na comunicação a que me refiro, sobejamente conhecida pelos presentes nesta Assembleia, eram referidos valores supostamente transferidos para as Freguesias que não correspondem à realidade.

Perante este facto, a Junta da Freguesia de Ermesinde manifestou a sua indignação, através de email remetido ao Senhor Presidente da Câmara, em 21 de julho de 2016, solicitando a reposição da verdade e a divulgação, do mesmo modo, da receita que o Município obtém em cada freguesia, determinando, assim, o peso de cada uma delas na receita municipal.

Em 22/07/2016, a Câmara Municipal de Valongo, através do seu Presidente, enviou um email, retratando-se através de uma desculpa, no mínimo "*sui generis*", reportando como "simplificação gráfica" aquilo que consideramos desinformação.

Contudo, quanto à questão que queríamos ver divulgada, utilizando os mesmos meios de comunicação nada foi referido.

Assim, solicito a Vª. Exª. a tomada de diligências junto do Executivo camarário, para que, com a maior urgência, seja dada a seguinte informação:

- 1º. Execução da Receita Municipal arrecadada através de taxas/ licenças/impostos aplicados aos Ermesindenses;
- 2º. Distribuição da execução da receita arrecadada pelo Município, por Freguesia.

Valongo, 29 de setembro de 2016

O Presidente da Junta da Freguesia de Ermesinde



(Luís Ramalho)



29 de setembro de 2016

Ex.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal

e demais membros da Mesa

Ex.º Senhor Presidente da Câmara

Sr.ªs. e Srs. Vereadores

Sr.ªs. e Srs. Membros da Assembleia

Ex.º Público

Comunicação social,

Foi com incredulidade que o PSD assistiu à publicação do despacho da Presidência de Ministros, Finanças e Educação, 10805/2016 de 2 de Setembro, constatando nesse momento que o Município de Valongo foi contemplado com ZERO euros no âmbito da requalificação e modernização das infraestruturas das escolas secundárias de Ermesinde e de Valongo.

Em causa estão, como todos sabem, fundos comunitários 2020 que estavam previstos num mapeamento que, ainda a 5 de junho atribuíra cerca de 4 milhões de euros ao concelho de Valongo.



29 de setembro de 2016

Mas a situação é tanto mais grave quanto maior é a incapacidade negocial do Dr. José Manuel Ribeiro.

É que antes de estarem atribuídos os 4 milhões de euros até 5 de junho de 2016, discutia-se no Ministério da Educação um projecto de requalificação orçamentado em 6 milhões de Euros. Sim 6 milhões.

Era portanto este o montante que o Dr. José Manuel Ribeiro deveria ter defendido numa reunião da área metropolitana do Porto, onde se deveriam negociar os montantes definitivos que entretanto chegariam a cada um dos municípios e a cada uma das estruturas a beneficiar.

A incapacidade e inépcia negocial do Dr. José Manuel Ribeiro é tal que entrou na reunião com uma necessidade de 6 milhões de euros e saiu com 4 milhões.

Importa ainda referir que em menos de 3 semanas a dotação prevista para as requalificações passou de 36,5 milhões de euros para mais de 60 milhões de euros. Portanto o argumento que todos os municípios saíram desta reunião com menos meios do que aqueles com que entraram... não corresponde à realidade, como aliás se pode comprovar com os casos dos seguintes municípios; Arouca, Espinho, Gondomar, Oliveira de Azeméis, Santo Tirso, Vale de Cambra e Vila do Conde.



29 de setembro de 2016

Para estes 4 milhões entretanto alocados à requalificação das escolas secundárias de Ermesinde e Valongo, e 4 milhões é melhor do que ZERO, o município de Valongo, aliás como todos os outros municípios contemplados, teria apenas que assumir o compromisso de assegurar 7,5% do financiamento. No caso de Valongo estamos a falar de 300.000 euros a dividir por 2 anos. Os fundos comunitários assumiriam 85%, ou seja 3,4 milhões de euros e o Governo assumiria os restantes 7,5%, ou seja 300.000 euros.

Não satisfeito com o facto de se deixar ultrapassar em âmbito das negociações tidas na Área Metropolitana do Porto, prejudicando assim gravemente o Concelho, eis que o Dr. José Manuel Ribeiro aparentemente se esquece de assumir o compromisso perante o governo, compromisso esse assumido contratualmente por outros municípios do distrito do Porto que assim acederam às verbas estabelecidas em sede de mapeamento de infra estruturas da educação a serem financiadas pelo Norte 2020.

Com que direito assume o Dr. José Manuel Ribeiro esta decisão unilateralmente? Não competiria á CMV decidir se queria ou não alocar os seus meios a este tão necessário projeto? Relembro que a CMV não se esgota na sua pessoa...



29 de setembro de 2016

Seguem-se, por parte do Dr. José Manuel Ribeiro, tentativas de tapar o sol com a peneira, escudando a sua incompetência atrás de argumentos absolutamente insustentáveis.

E no meio de tudo isto, apenas pressionado pela oposição do PSD, lá aparecem agora reuniões com deputados do PS e uma reunião com o Ministro da Educação na tentativa de correr atrás do prejuízo, e manter o investimento de 4 milhões de euros que, muito ou pouco, estava assegurado.

Não queremos acreditar que estes esquecimentos e incompetências do Dr. José Manuel Ribeiro tenham como objectivo atrasar o início das obras de requalificação das escolas secundárias de Ermesinde e Valongo para um ano de eleições autárquicas, procurando com este atraso retirar dividendos políticos das mesmas. O assunto é demasiado sério para que os alunos e encarregados de educação sejam usados como arma de arremesso político.

Estaremos portanto atentos a esta situação, e sempre que entendermos que os legítimos interesses da população do concelho de Valongo estão comprometidos, tomaremos as medidas que consideremos adequadas ao objectivo de garantir a requalificação das escolas secundárias de Ermesinde e Valongo há muito necessária e ambicionada por todos os actores políticos e populações.



29 de setembro de 2016

Pelo Grupo Municipal do PSD/PPM

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Daniel Filipe Alves Felgueiras', with a period at the end.

(Daniel Filipe Alves Felgueiras)



29 de setembro de 2016

Moção

Por uma escola pública digna no Concelho de Valongo

Tendo sido recentemente tornado público o despacho da Presidência de Ministros, Finanças e Educação, 10805/2016 de 2 de Setembro no qual se constata que o Concelho de Valongo não é contemplado com verbas para a reabilitação das escolas secundárias de Ermesinde e Valongo.

Considerando que as escolas secundárias de Ermesinde e Valongo necessitam desde há vários anos intervenções urgentes.

Considerando que este fecho da janela de oportunidade com o Portugal 2020 resulta num desperdício de recursos para Valongo e Ermesinde e que existe a necessidade de obter verbas para as reabilitações das escolas secundárias de Ermesinde e Valongo.

Considerando que a participação financeira que o município de Valongo terá que desembolsar é 300.000€ e dividida por dois anos.

Considerando que todas as forças políticas presentes nesta Assembleia sempre se pautaram pela defesa veemente da



29 de setembro de 2016

requalificação urgente das escolas secundárias de Ermesinde e Valongo.

Considerando que a requalificação das escolas secundárias de Ermesinde e Valongo são um legítimo anseio das populações desde há vários anos.

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida no dia 29 de Setembro de 2016, delibera por _____ que o executivo municipal encete e assuma todos os esforços necessários para que o montante previsto em sede de mapeamento de infra estruturas da educação a serem financiadas pelo Norte 2020, não seja desperdiçado, antes seja devidamente aplicado a favor da melhoria das condições físicas das escolas secundárias de Ermesinde e Valongo.

Pelo Grupo Municipal do PSD/PPM

(Daniel Filipe Alves Felgueiras)

VOTO DE LOUVOR

O CLUBE DE PROPAGANDA DA NATAÇÃO está a comemorar o seu septuagésimo quinto aniversário.

Fundado em 1941 por um eclético desportista, Joaquim Lagoa, então designado como Grupo de Propaganda de Natação, GPN, sendo uma dependência do GPN sediado no Porto. Em 1944 separou-se do GPN do Porto e passou a designar-se Clube de Propaganda da Natação, CPN como agora é conhecido. No início estava vocacionado para a prática da Natação, tendo o Rio Leça como piscina natural, mas bem cedo abarcou outras modalidades, como o Ténis de Mesa, Ginástica, Campismo, Damas, Andebol, Cicloturismo, Basquetebol, Voleibol, Bilhar, Pesca Desportiva, Aeromodelismo, Halterofilismo, Tiro ao Alvo, Xadrez, Boxe, Automobilismo, Hóquei em Patins, Pólo Aquático e Karaté. Além da componente desportiva, desde a sua fundação e durante muitos anos o CPN foi referência no apoio social, cultural e recreativo, com referência às ofertas distribuídas pelo Natal a famílias necessitadas, aos Saraus Musicais, ao Teatro e a Conferências, entre outros.

Nos últimos 25 anos, após a construção do seu Complexo Desportivo, o CPN alargou a prática desportiva a um grande número de praticantes tendo já registado cerca de mil utentes na aprendizagem e manutenção da Natação e quatrocentos atletas Federados, distribuídos por mais seis modalidades.

O Basquetebol e o Andebol ascenderam dos Campeonatos Regionais aos campeonatos Nacionais, tendo o Basquetebol já conquistado vários títulos e com várias Atletas a integrarem as Seleções Nacionais. O Pólo Aquático já ganhou uma Taça de Portugal, e uma modalidade mais recente, o Karaté, tem Atletas Internacionais, que ao serviço de Portugal foram Campeões do Mundo.

Motivo de orgulho para a Cidade de Ermesinde e para o Concelho de Valongo, o CPN possui um palmarés invejável, prestando um valoroso serviço à comunidade, principalmente à juventude proporcionando-lhe a prática desportiva, tão importante na formação humana e na orientação futura como homens e mulheres da nossa sociedade.

No próximo dia 2 de Outubro, o CPN realiza no Fórum Cultural de Ermesinde, em Sessão Solene comemorativa dos seus 75 anos, uma homenagem a Sócios, Dirigentes, Atletas e Treinadores. Na mesma Gala receberá da Câmara Municipal de Valongo a Medalha de Valor Desportivo.

Associando-se à efeméride, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 29 de Setembro de 2016, delibera:

- **Atribuir um Voto de Louvor ao Clube de Propaganda da Natação, como reconhecimento do meritório trabalho desenvolvido ao longo dos seus 75 anos.**



Grupo Municipal do Partido Socialista

Valongo, 29 de Setembro de 2016

O Grupo Municipal do Partido Socialista,

Proposta

O flagelo dos incêndios florestais continua a atingir o país

A área ardida em todo o continente entre 1 de Janeiro e 31 de Agosto de 2016 , mais de 110.000 hectares, atingiu o terceiro valor mais elevado da última década.

Neste ano de 2016 o distrito do Porto registou, como acontece há muito tempo, o maior número de ocorrências a nível nacional.

No concelho de Valongo registaram-se mais de 90 ignições, que ocasionaram a destruição de área florestal.

Apesar do município ter elaborado, como a legislação prevê, um Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, o certo é que a devastação, os prejuízos materiais e os danos ecológicos na área verde de Valongo não podem deixar de preocupar todos os agentes do poder local. E como a implementação de medidas preventivas é absolutamente imprescindível para fazer frente aos fogos florestais, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 29 de Setembro de 2016, delibera:

- Constituir, nos termos do nº 1 c) do artigo 26º da Lei nº 75/2013, uma COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCENDIOS FLORESTAIS (composta por um elemento a indicar por cada uma das forças políticas representadas nesta Assembleia, mais um membro da Mesa).

O representante do Bloco de Esquerda



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Valongo

Moção Sobre o IMI

O imposto municipal sobre imóveis (IMI), uma das principais receitas dos municípios, teve nos últimos anos um significativo crescimento. Para tal contribuiu uma avaliação fiscal extraordinária de mais de 5 milhões de prédios urbanos e o correspondente aumento do valor patrimonial tributário. Se em 2003 as receitas do IMI foram de 667 milhões de euros, em 2011 foram quase o dobro, em 2013 atingiram 1,3 mil milhões e em 2015 ultrapassaram 1,5 mil milhões de euros a nível nacional.

A legislação em vigor prevê que as taxas fixadas anualmente sejam elevadas ao **triplo** nos casos de prédios urbanos que se encontrem **devolutos** há mais de um ano e de prédios **em ruínas**. Mas também possibilita a fixação de taxas de IMI **por freguesia**, podendo desta forma aumentar a densidade habitacional em certas áreas dum concelho. Os órgãos municipais podem ainda definir áreas territoriais correspondentes a zonas delimitadas de freguesias onde decorram operações de reabilitação urbana e fixar uma **redução até 20%** da taxa a aplicar aos prédios urbanos **arrendados**, bem como **majorar até 30%** a taxa aplicável a prédios urbanos **degradados**, ou seja os que não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.

Para responder à reconhecida degradação do edificado e à falta de habitação acessível, é necessário utilizar todas as medidas previstas no artigo 112º do CIMI. Impõe-se assim aos municípios que procedam à identificação dos prédios ou frações autónomas que, de acordo com a lei, devam ter o IMI agravado. Para além da elevação da receita municipal e da possibilidade de mais rapidamente reduzir a taxa a todos os residentes na cidade, trata-se também de combater a injustiça fiscal entre quem mantém os imóveis em condições de utilização e outros proprietários que, deixando os prémios ao abandono, não respeitam a finalidade habitacional dos imóveis e degradam a paisagem urbana.

Mas é também necessário eliminar isenções de imposto municipal sobre imóveis, ainda constantes do artº 44º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), e que traduzem uma situação de privilégio, absolutamente inaceitável nos dias de hoje. Ao eliminar a isenção de IMI a 50% no caso da detenção de prédios por fundos de investimento imobiliário abertos ou fechados, o Orçamento do Estado de 2016 veio permitir a devolução aos municípios de mais de 7 milhões de euros (27.372,32 euros à Câmara de Valongo). A manutenção da cláusula de salvaguarda do aumento do IMI, protegendo os detentores de habitação própria e outra medida recente, a decisão de corrigir a isenção indevida de IMI a estrangeiros e emigrantes (e que subtraiu aos municípios mais de 50 milhões de euros) vão no caminho certo de não diminuir as receitas das autarquias e alargar a justiça fiscal.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 29 de Setembro de 2016, delibera:

- **realçar que os municípios devem proceder aos agravamentos de taxas do IMI previstas na lei, quanto aos prédios devolutos, degradados ou em ruínas;**
- **salientar a necessidade de rever isenções de IMI constantes do EBF, geradoras de gritante desigualdade**

O representante do Bloco de Esquerda



Doc. 11
Grupo Municipal do PSD/PPM

VOTO DE LOUVOR

No passado mês de agosto, a Equipa de Ciclismo de Sobrado que a partir da temporada de 2016 passou a ter o patrocínio da marca de roupa W52, do Futebol Clube do Porto e do seu canal de televisão, Porto Canal concretizou a sua quarta vitória consecutiva na 78.ª edição da Volta a Portugal em Bicicleta.

Com três corredores entre os quatro primeiros da geral - Vinhas, Veloso e Raúl Alarcón, esta equipa, constituída por profissionais de excelência e comandada pelo diretor desportivo Nuno Ribeiro, continuou reiteradamente a demonstrar o seu elevado desempenho e profissionalismo.

Para além do empenho e brio que todos os atletas colocaram nas suas prestações, mereceu destaque Rui Vinhas, vencedor desta edição da Volta a Portugal em Bicicleta. Rui Vinhas é assim o terceiro português a vencer neste século, depois dos êxitos em 2003 de Nuno Ribeiro e em 2011 de Ricardo Mestre.

Rui Vinhas, ciclista natural de Sobrado, do concelho de Valongo, gravou em 2016 o seu nome pela primeira vez na história da Volta a Portugal em bicicleta, tendo juntado assim aos três ciclistas sobradenses, Fernando Moreira, Joaquim Leão e Nuno Ribeiro, que outrora venceram também a maior competição nacional da modalidade. Atleta extremamente aplicado e rigoroso, Rui Vinhas revelou ser um desportista com uma humildade notória e com um grande espírito de sacrifício, evitando fraquejar nos momentos mais difíceis da sua aventura.

Considerando o referido anteriormente, a Assembleia Municipal, reunida no dia 29 de setembro de 2016, sob proposta do Grupo Municipal do PSD/PPM, aprova por _____ um Voto de Louvor ao atleta Rui Vinhas pelo seu mérito desportivo e dedicação ao ciclismo, modalidade que tanto engrandece o panorama desportivo do Concelho de Valongo. Dê-se conhecimento deste voto ao atleta.

Valongo, 29 de setembro de 2016

Pelo Grupo Municipal PSD/PPM

(Paula Cristina Silva Moreira)



Tomada de Posição

AS ESCOLAS SECUNDÁRIAS DE ERMESINDE E VALONGO VÃO VER PASSAR AO LADO, MAIS UMA VEZ, AS OBRAS DE QUE TANTO PRECISAM?

No início deste mês, foi tornada pública pelo Governo uma lista de 90 escolas do grande Porto, a serem objeto de obras de recuperação e conservação.

Trata-se de uma lista de acordos de colaboração celebrados com o Governo, para intervenções nas escolas, a financiar de forma partilhada entre o Governo, que entrará com 92,5% e os Municípios, que participarão com 7,5% do valor total das obras.

Desta lista não faz parte o Município de Valongo, nem a Escola Secundária de Ermesinde, nem a Escola Secundária de Valongo, que pelos vistos, continuarão à espera de obras mais que necessárias e urgentes.

A Câmara de Valongo, ao ser-lhe perguntado porque não subscreveu estes acordos, responde que “não foi convocada” (pelo Governo). Se o não foi, possivelmente deveria ter-se apressado a fazer as necessárias diligências, contribuindo para a solução do problema da contínua e acentuada degradação das Escolas Secundárias de Ermesinde e Valongo.

A verdade é que cada vez que um dos partidos que têm partilhado o poder há mais de 40 anos, está no governo, continua a não fazer as obras e cada vez que está na oposição, acusa o que está no Governo de as não ter feito. Esta é uma novela negra, que se arrasta há demasiado tempo.

Não nos interessa participar nem alimentar todas essas falsas polémicas e questiúnculas, que apenas servem e são usadas para desviar as atenções do essencial – a urgente necessidade de recuperar, de forma racional, com qualidade e da forma mais económica possível, esses equipamentos fundamentais aos jovens e pais de Ermesinde e Valongo, que são as suas Escolas Secundárias.

Valongo, 29 de setembro de 2016

A Coligação Democrática Unitária

Alberto Fernandes
João Machado
Lúcia Teles



Voto de louvor

Durante este Verão, mais uma vez, o concelho de Valongo e o Distrito do Porto foram fustigados pelo flagelo dos incêndios que originaram graves perdas ambientais e colocaram as populações em risco.

Aos Bombeiros Voluntários de Valongo e de Ermesinde foi-lhes exigido um esforço redobrado na proteção da nossa floresta, bem como das pessoas e bens.

Estas duas corporações do nosso concelho contam nas suas fileiras com homens e mulheres que apesar das suas profissões e vida familiar, dedicam voluntariamente, grande parte do seu tempo ao serviço da comunidade muitas vezes com prejuízos pessoais e financeiros, estando sempre disponíveis para ajudar o próximo.

Só com o empenho, esforço e dedicação destes soldados da paz foi possível minimizar os prejuízos e salvar as populações.

A assembleia Municipal de Valongo, por iniciativa do Grupo Municipal do PSD/PPM propõe um voto de louvor aos Bombeiros

Voluntários de Ermesinde e de Valongo no sentido de agradecer o seu empenho e disponibilidade no combate aos incêndios que assolaram o nosso concelho, bem como, expressar toda a nossa gratidão pelo seu esforço e dedicação à população do concelho de Valongo.

Este voto de louvor deverá ser comunicado à Direção dos Bombeiros Voluntários de Valongo e de Ermesinde.

Pelo Grupo Municipal do PSD/PPM

A handwritten signature in black ink, consisting of several fluid, overlapping strokes that form a stylized, somewhat abstract representation of the name.

(Rui Alexandre Sévola de Abreu)

Recomendação

Exploração e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Valongo

É conhecida a posição da CDU relativamente ao processo da concessão/privatização de exploração dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e da recolha, tratamento e rejeição de efluentes no concelho de Valongo.

Processo este que dura desde 2000, passando por aditamentos vantajosos em 2004 para a empresa privada ganhadora do concurso e com nova investida dos mesmos “investidores” em 2014. Sempre com a justificação, habilidosa, do equilíbrio financeiro, com a acusação à população de poupar muito no consumo da água.

Durante estes anos, PS e PSD, através de uma pretensa e ardilosa habilidade política, e ideológica na defesa dos interesses do capital privado, justificaram sempre as suas posições, com o princípio de que o privado, é que é bom, tornando evidente que os seus interesses de classe nunca coincidirão com a defesa dos interesses da população.

Após a última posição maioritária da vereação camarária, em rejeitar mais uma “solicitação de reequilíbrio financeiro”, foi necessário responder ao pedido da empresa exploradora dos serviços, através da nomeação de um árbitro para a constituição de uma Comissão Paritária.

Entendeu o PS que o Dr. Joaquim Manuel Faria Barreiros seria a personalidade que melhor poderia defender os interesses dos Valonguenses. Sobre esta nomeação lembramos que:

1. A nomeação é da inteira responsabilidade do PS.
2. As consequências desta nomeação também são da responsabilidade do PS.
3. Dado que o PS optou por nomear uma personalidade que desenvolveu a proposta que teve um parecer desfavorável da entidade reguladora, espera-se que, apesar deste contexto, o Dr. Joaquim Manuel Faria Barreiros venha a defender a proposta apresentada pela ERSAR e não a proposta anteriormente defendida por si.
4. É fundamental que ao fazer esta escolha, o PS esteja convicto que optou por uma personalidade que defenderá intransigentemente os interesses dos Valonguenses.

Lembramos que, uma Comissão Paritária tem como função, avaliar as razões e justificações de ambas as partes para uma solução, que servirá somente como orientação, que depois terá de ser enviada a esta Assembleia Municipal pela Camara Municipal de Valongo.

Assim, propomos que seja aprovada a seguinte recomendação:

A AM reunida a 29/09/2016 recomenda que a CM Valongo, monitorize o trabalho prestado pelo Dr. Joaquim Manuel Faria Barreiro de forma a verificar se este está a defender de forma intransigente a melhor solução para os Valonguenses (aquela que é emanada pela ERSAR) e não aquela que apresentou no estudo feito pelo próprio para a CM.

Valongo, 29 de setembro de 2016

A CDU – Coligação Democrática Unitária / Valongo

*Adelino Sousa
João Medeiros*

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e demais membros da Mesa

Ex.mo Sr Presidente da Câmara

Sras e Srs Vereadores

Sras e Srs Membros da Assembleia

Ex.mo Público

Comunicação Social

Voto de Louvor

Desde 2007 que Alfena é considerada a Terra do Brinquedo, mas a história revela que a Alfena acolheu a primeira fábrica do brinquedo artesanal em 1922.

A terra de origem dos conhecidos carrinhos de corda Pepe, construídos em chapa e plástico e dos brinquedos de madeira da fábrica JATO possibilitou as delícias dos mais novos o que se traduziu num sucesso ao longo do século XX.

Fazer homenagem a esta referência nacional e marco concelhio, é da mais elementar sensatez, recordando a história e vivendo o futuro através da comemoração da Festa do Brinquedo.

Desde 2015 que se comemora A Festa do brinquedo e este ano decorreu mais uma edição. Foi evidente uma maior participação da população Alfenense, nomeadamente da comunidade educativa, do tecido empresarial e de todos os Alfenenses e Valonguenses que quiseram marcar presença.

Deste modo, o grupo municipal do PSD/PPM apresenta este Voto de Louvor pela organização da Festa de Brinquedo 2016.

Assembleia Municipal de Valongo, 29 de Setembro de 2016

Pelo Grupo Municipal do PSD/PPM


(Ilídia Maia)

MOÇÃO

Os moradores da Rua Nossa Senhora do Amparo, em Alfena, continuam extremamente preocupados com a falta de segurança e sem perspectiva de resolução dos problemas levantados.

Durante meses a Junta de Freguesia de Alfena questionou a Câmara Municipal de Valongo, sobre qual o tipo de requalificação que o senhor Presidente da autarquia tinha anunciado. Nunca nos responderam.

Depois os moradores fizeram um abaixo-assinado a pedir uma reunião com a Câmara Municipal de Valongo, Junta de Freguesia de Alfena e Assembleia Municipal de Valongo, dado o município se recusar a reunir com os moradores.

Assim, proponho:

- Que um grupo da Assembleia Municipal de Valongo, com representantes de todos os partidos políticos, se disponibilizem para reunir com os moradores em Alfena e ouvir as suas preocupações, relativas ao aumento de tráfego provocado pela entrada em funcionamento da Plataforma Logística da Jerónimo Martins e da Chronopost.

Valongo, 29 de Setembro de 2016

O Presidente da Junta de Freguesia de Alfena



MOÇÃO

A Câmara Municipal de Valongo fez chegar a casa de todos os munícipes um infomail, onde entre muitas imprecisões também tinha taxativamente:

“ valor transferido pela Câmara Municipal de Valongo para a Junta de Freguesia de Alfena, para efectuar varredura em todas as ruas cinco vezes por semana”.

Isto é totalmente falso como todos sabem. Tentou a Junta de Freguesia e tentou a CDU e o PSD que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Valongo repusesse a verdade. Este recusou-se a fazê-lo.


Porque a verdade deve ser defendida, proponho que a Assembleia Municipal de Valongo divulgue por todos os órgãos de comunicação social, locais, regionais e nacionais o seguinte texto:

A Câmara Municipal de Valongo comunicou a todos os habitantes do concelho que ao abrigo dos acordos de execução dava dinheiro às Juntas de Freguesia, para varrerem todas as ruas cinco vezes por semana.

A Assembleia Municipal de Valongo faz saber que esta afirmação é totalmente falsa e que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Valongo mentiu descaradamente e difundiu esta mentira à custa do erário público.

Valongo, 29 de Setembro de 2016

O Presidente da Junta de Freguesia de Alfena



Celestino Neves
(Independente)

Declaração de voto de vencido (Art.º 39.º - 3 e 4 do Regimento)

Voto contra e vencido, relativamente a assunto 2.4 constante da adenda à Ordem de Trabalhos (**Desafectação do domínio público de uma parcela de terreno, com a área de 1.225,00 m², sita na Rua 1.º. De Maio, em Alfena**) pelas seguintes e principais razões:

1. O terreno em causa foi cedido à Câmara nos termos da Lei mas para além disso, justifica-se de facto o seu efectivo uso para resolver vários constrangimentos que a urbanização onde se insere enfrenta - inexistência de equipamentos públicos naquele local e necessidade de um traçado alternativo de saída para o centro de Alfena que obste à necessidade de ir à rotunda da A41;
2. Para além disso, um grupo de moradores entregou em 19 de Julho de 2016 um 'abaixo-assinado' com 29 assinaturas solicitando uma reunião urgente com a Câmara para falarem sobre a intenção desta em ceder a referida parcela a uma Associação alfenense, sem que até agora lhes tenha sido dada uma resposta;
3. Por último, foi entregue um conjunto de 17 'reclamações fundamentadas' - 1 por mim próprio em 07/07/2016 e outras 16 em 20/07/2016 - sobre o mesmo assunto, sem que até à data a Câmara tenha dado resposta aos reclamantes;

Valongo, 29 de Setembro de 2016


(Celestino Neves)

Declaração de voto

Ao fim de mais três anos de concessão/privatização, à qual o senhor presidente da Câmara gosta de chamar aquisição de serviços, eis que surge nova proposta para concurso de concessão/privatização para prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos no município de Valongo, por mais um período de 36 meses.

Mais 3 anos em que a única diferença em termos estruturais foi apenas a aplicação dos acordos de execução realizados com as juntas de freguesia, decorrentes da aplicação da lei 75/2013.

Mais 3 anos em que o município não deu um único passo no sentido da reversão das concessões/privatizações e que, com esta proposta de concurso, se prepara para dar continuidade ao ruinoso caminho até aqui seguido.

Está mais do que provado que, para além de não significarem qualquer melhoria no funcionamento dos serviços prestados, as concessões/privatizações foram e são um dos grandes responsáveis pela difícil situação financeira do município.

Porque é necessária uma alternativa e porque estamos convictos que a solução não passa por mais concessões/privatizações, mas sim pela definição de um caminho que leve à sua reversão, a CDU vota contra esta nova proposta de concurso de concessão/privatização para prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos no município.

Valongo, 29 de setembro de 2016

A Coligação Democrática Unitária

*Artur Soares
Joaquim Medeiros
Luis Rebelo*



Assembleia Municipal de Valongo

Proposta para o ponto 2.9 da O.T.

Isenção de derrama

Nos termos do artº 18º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5 %, sobre o lucro tributável sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos que exerçam uma atividade de natureza comercial ou industrial. O produto da cobrança da derrama, uma espécie de adicional ao IRC, é um importante instrumento de financiamento para os municípios poderem executar os projetos constantes dos seus planos de atividade.

A gravíssima situação económica herdada do anterior governo PSD/CDS-PP e os mais de seis mil desempregados registados no concelho, impõem um olhar específico e um tratamento fiscal diferenciado, mais favorável, para as micro empresas. Devem assim utilizar-se as possibilidades legalmente previstas (artº 16º da LFL) de **isenção da derrama**, como incentivo fiscal à instalação de novas empresas no concelho, sempre que tal signifique a criação de novos postos de trabalho permanentes.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 29 de Setembro de 2016, PROPÕE:

- que sejam **ISENTAS** de derrama as micro-empresas que tenham instalado a sua sede social no concelho de Valongo no período de 2015 e 2016 e tenham criado e mantido 2 ou mais novos postos de trabalho permanentes .

O representante do BE